



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.003-26 PERP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00029.20260306/0001-24

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARACURU/CE E DEMAIS ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESPORTE, VISANDO PROMOVER O INCENTIVO À PRÁTICA ESPORTIVA, O DESENVOLVIMENTO FÍSICO DOS ESTUDANTES E DOS ATLETAS E O APOIO ÀS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E RECREATIVAS REALIZADAS NO AMBIENTE ESCOLAR E NOS DEMAIS ÂMBITOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ESPORTE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	BAMBOLÊS	150,00	Kit
bambolês feitos em plástico durável e flexível, com dimensões de 65 cm de raio, garantindo longa vida útil mesmo com uso intenso. kit com 10 unidades.			
2	BOLA DE BASQUETE PROFISSIONAL	160,00	Unidade
bola de basquete tamanho 7 oficial, com revestimento em material ecogrip, camada interna de espuma responsiva para excelente quique da bola e câmara de ar 100% borracha butílica. sugestões de marcas: spalding, penalty, wilson.			
5	BOLA DE FUTSAL	130,00	Unidade
bola de futsal com tecnologia termotec de termofusão, que garante 0% de absorção de água, proporcionando maior durabilidade, alta performance e conforto. possui alta resistência a batidas e sistema de dupla colagem, reforçando a junção dos gomos e garantindo que não estrague com facilidade. sugestões de marcas: penalty, topper, adidas			
6	BOLA DE HANDEBOL	90,00	Unidade
bola de handebol com material de alta performance e acabamento manual, que garante maior resistência, durabilidade e esfericidade. possui câmara de borracha e estrutura de fios sintéticos tratados com borracha natural, estabilizados e fixados aos gomos. calibragem 6 libras. sugestões de marcas: penalty, kempa, rainha.			
8	BOLA DE VÔLEI DE QUADRA	180,00	Unidade
bola de vôlei de quadra profissional, produzida em microfibra com tecnologia de última geração. detalhes técnicos: 18 painéis aerodinâmicos; tamanho 5 (oficial); composição em suporte composite cover; circunferência de 65 a 67 cm e peso de 260 a 280 g. laminada com tecnologia diferenciada para melhor deslize e tratamento antibactericida. calibragem recomendada: 4.27 a 4.62 psi. sugestões de marcas: mikasa, penalty, rainha.			
9	BOLA MEDICINAL 10KG	30,00	Unidade
bola medicinal ou wall ball 10 kg, produzida em material de capota marítima. enchimento: retalhos, manta e granalhas de ferro. dimensões: 30 cm x 30 cm. peso: 10 kg por unidade			
10	CAIXA DE SALTO 12"	10,00	Unidade
caixote ou box jump 12" com material em compensado naval de 15mm, tendo uma maior resistência ao impacto e umidade, superfície antiderrapante e com as seguintes medidas: 30 cm altura x 35 cm largura x 45 cm comprimento. resistente 150 kg.			
11	COLCHONETE	100,00	Unidade
colchonete com material impermeável, tipo espuma, com dimensões 90x40x3cm. ideal para treinos em academia, yôga, pilates.			



12	CONES PARA TREINO FUNCIONAL	200,00	Kit
cones feitos em pvc durável e flexível, garantindo longa vida útil mesmo com uso intenso. com cores vibrantes. kit com 10 unidades.			
13	ESCADA DE AGILIDADE	40,00	Unidade
escada de treinamento com 4,50 metros de comprimento sendo em fita de nylon, com 11 degraus.			
14	FITA DE SUSPENSÃO	10,00	Unidade
fita de suspensão com regulagem das alças por presilhas de aço reforçadas. regulagem de comprimento: entre 1,30 m e 3,60 m. confeccionada em fita de nylon de 4 cm de largura, com costuras reforçadas em linha 100% poliamida. suporta no mínimo 150 kg			
15	KETTLEBELL	20,00	Unidade
material ferro fundido com revestimento emborrachado. peso: 4kg.			
16	MESA DE FUTMESA	10,00	Unidade
mesa de futmesa - para iniciante, 360 graus, fabricada em mdf de 15mm, com estrutura de metalon e pintura pu, produto altamente resistente, fácil de montar e guardar, tapa tubo, adesivo leitoso, cor: de acordo com as necessidades da secretaria contratante. garantia: 12 meses.			
17	PRATOS (CONES DISCO) PARA TREINO FUNCIONAL	150,00	Kit
prato cone disco produzido em pvc ou material similar, durável e flexível, o que garante longa vida útil mesmo em uso intenso. cores vibrantes para melhor visualização. kit com 10 unidades.			
19	REDE DE GOL PARA FUTSAL	60,00	Par
par de redes de futsal fio 4.0mm, resistente e com proteção uv para suportar as variações climáticas. malha feita por meio de nós cerrados que oferecem maior poder de retenção e não se desfazem com o tempo. malha trançada de 12x12cm e nós cerrados que evitam o desgaste. tamanho do fio: 4.0mm. dimensões aproximadas (lxaxp): 3,20 x 2,10m com haste de 0,50cm e fundo de 1.0m.			
20	STEP	30,00	Unidade
material em 100% e.v.a, com superfície antiderrapante, dimensões do produto: altura: 10cm; largura: 28cm; comprimento: 60cm.			
21	TABELA DE BASQUETE COM ARO	50,00	Conjunto
medidas da tabela: 66 x 52 cm. à prova d'água, o conjunto é projetado com alta resistência e produzido com chapa fenólica naval impermeabilizada, oferecendo proteção total contra intempéries e raios uv. o aro é fabricado em aço treilado de 1/2" (12,7 mm) com reforço estrutural e pintura eletrostática. a rede é confeccionada em nylon seda de 6 mm, com 11 alças e proteção contra raios uv, garantindo resistência e durabilidade			

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas do(s) órgão(s) participante(s):

MANIFESTANTE: Secretaria de Esporte

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	BAMBOLÊS	Kit	10.0
BAMBOLÊS FEITOS EM PLÁSTICO DURÁVEL E FLEXÍVEL, COM DIMENSÕES DE 65 CM DE RAIO, GARANTINDO LONGA VIDA ÚTIL MESMO COM USO INTENSO. KIT COM 10 UNIDADES.			
2	BOLA DE BASQUETE PROFISSIONAL	Unidade	10.0
BOLA DE BASQUETE TAMANHO 7 OFICIAL, COM REVESTIMENTO EM MATERIAL ECOGRIP, CAMADA INTERNA DE ESPUMA RESPONSIVA PARA EXCELENTE QUIQUE DA BOLA E CÂMARA DE AR 100% BORRACHA BUTÍLICA. SUGESTÕES DE MARCAS: SPALDING, PENALTY, WILSON.			
3	BOLA DE CAMPO PROFISSIONAL	Unidade	60.0
BOLA DE FUTEBOL PROFISSIONAL COM MATERIAL ELÁSTICO E MACIO, TECNOLOGIA DE TERMOFUSÃO E COSTURAS QUE GARANTEM MENOR ABSORÇÃO DE ÁGUA, PROPORCIONANDO MELHOR ESFERICIDADE E DURABILIDADE. COMPOSTA POR 6 DISCOS POSICIONADOS SIMETRICAMENTE, COM CAMADA DE COLAGEM QUE REFORÇA A JUNÇÃO DOS GOMOS E GARANTE A VIDA ÚTIL DA BOLA POR MUITO MAIS TEMPO. SUGESTÕES DE MARCAS: ADIDAS, TOPPER E PENALTY			
4	BOLA DE FUTEVÔLEI	Unidade	50.0



	BOLA DE FUTEVÔLEI COM MATERIAL MACIO E CONFORTÁVEL, TECNOLOGIA DE TERMOFUSÃO QUE GARANTE MAIOR DURABILIDADE E MENOR ABSORÇÃO DE ÁGUA. POSSUI SISTEMA DE FORRO TRATADO TERMICAMENTE PARA MAIOR ESTABILIDADE, COM PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÕES E REFORÇO EXTRA NAS JUNÇÕES PARA AUMENTAR A VIDA ÚTIL. SUGESTÕES DE MARCAS: TOPPER, PENALTY, MIKASA.		
5	BOLA DE FUTSAL	Unidade	30.0
	BOLA DE FUTSAL COM TECNOLOGIA TERMOTEC DE TERMOFUSÃO, QUE GARANTE 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE, ALTA PERFORMANCE E CONFORTO. POSSUI ALTA RESISTÊNCIA A BATIDAS E SISTEMA DE DUPLA COLAGEM, REFORÇANDO A JUNÇÃO DOS GOMOS E GARANTINDO QUE NÃO ESTRAGUE COM FACILIDADE. SUGESTÕES DE MARCAS: PENALTY, TOPPER, ADIDAS		
6	BOLA DE HANDEBOL	Unidade	20.0
	BOLA DE HANDEBOL COM MATERIAL DE ALTA PERFORMANCE E ACABAMENTO MANUAL, QUE GARANTE MAIOR RESISTÊNCIA, DURABILIDADE E ESFERICIDADE. POSSUI CÂMARA DE BORRACHA E ESTRUTURA DE FIOS SINTÉTICOS TRATADOS COM BORRACHA NATURAL, ESTABILIZADOS E FIXADOS AOS GOMOS. CALIBRAGEM 6 LIBRAS. SUGESTÕES DE MARCAS: PENALTY, KEMPA, RAINHA.		
7	BOLA DE VÔLEI DE PRAIA	Unidade	40.0
	BOLA DE VÔLEI DE PRAIA OFICIAL. ACABAMENTO SUAVE E PRECISO. COMPOSTA DE MATERIAL SINTÉTICO, VERSÃO CLÁSSICA PARA A PRÁTICA DE VÔLEI POSSUI UM EXCELENTE CUSTO BENEFÍCIO COM 10 PAINÉIS, TAMANHO 5 OFICIAL, CIRCUNFERÊNCIA: 66-68 CM, PESO: 260-280 G E COSTURA. SUGESTÕES DE MARCAS: MIKASA, PENALTY, RAINHA.		
8	BOLA DE VÔLEI DE QUADRA	Unidade	20.0
	BOLA DE VÔLEI DE QUADRA PROFISSIONAL, PRODUZIDA EM MICROFIBRA COM TECNOLOGIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO. DETALHES TÉCNICOS: 18 PAINÉIS AERODINÂMICOS; TAMANHO 5 (OFICIAL); COMPOSIÇÃO EM SUPORTE COMPOSITE COVER; CIRCUNFERÊNCIA DE 65 A 67 CM E PESO DE 260 A 280 G. LAMINADA COM TECNOLOGIA DIFERENCIADA PARA MELHOR DESLIZE E TRATAMENTO ANTIBACTERICIDA. CALIBRAGEM RECOMENDADA: 4.27 A 4.62 PSI. SUGESTÕES DE MARCAS: MIKASA, PENALTY, RAINHA.		
9	BOLA MEDICINAL 10KG	Unidade	10.0
	BOLA MEDICINAL OU WALL BALL 10 KG, PRODUZIDA EM MATERIAL DE CAPOTA MARÍTIMA. ENCHIMENTO: RETALHOS, MANTA E GRANALHAS DE FERRO. DIMENSÕES: 30 CM X 30 CM. PESO: 10 KG POR UNIDADE		
10	CAIXA DE SALTO 12"	Unidade	6.0
	CAIXOTE OU BOX JUMP 12" COM MATERIAL EM COMPENSADO NAVAL DE 15MM, TENDO UMA MAIOR RESISTÊNCIA AO IMPACTO E UMIDADE, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE E COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 30 CM ALTURA X 35 CM LARGURA X 45 CM COMPRIMENTO. RESISTENTE 150 KG.		
11	COLCHONETE	Unidade	20.0
	COLCHONETE COM MATERIAL IMPERMEÁVEL, TIPO ESPUMA, COM DIMENSÕES 90X40X3CM. IDEAL PARA TREINOS EM ACADEMIA, YÔGA, PILATES.		
12	CONES PARA TREINO FUNCIONAL	Kit	10.0
	CONES FEITOS EM PVC DURÁVEL E FLEXÍVEL, GARANTINDO LONGA VIDA ÚTIL MESMO COM USO INTENSO. COM CORES VIBRANTES. KIT COM 10 UNIDADES.		
13	ESCADA DE AGILIDADE	Unidade	10.0
	ESCADA DE TREINAMENTO COM 4,50 METROS DE COMPRIMENTO SENDO EM FITA DE NYLON, COM 11 DEGRAUS.		
14	FITA DE SUSPENSÃO	Unidade	10.0
	FITA DE SUSPENSÃO COM REGULAGEM DAS ALÇAS POR PRESILHAS DE AÇO REFORÇADAS. REGULAGEM DE COMPRIMENTO: ENTRE 1,30 M E 3,60 M. CONFECCIONADA EM FITA DE NYLON DE 4 CM DE LARGURA, COM COSTURAS REFORÇADAS EM LINHA 100% POLIAMIDA. SUPORTA NO MÍNIMO 150 KG		
15	KETTLEBELL	Unidade	6.0
	MATERIAL FERRO FUNDIDO COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO. PESO: 4KG.		
17	PRATOS (CONES DISCO) PARA TREINO FUNCIONAL	Kit	10.0
	PRATO CONE DISCO PRODUZIDO EM PVC OU MATERIAL SIMILAR, DURÁVEL E FLEXÍVEL, O QUE GARANTE LONGA VIDA ÚTIL MESMO EM USO INTENSO. CORES VIBRANTES PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO. KIT COM 10 UNIDADES.		
18	REDE DE GOL PARA FUTEBOL DE CAMPO	Par	10.0
	PAR REDE GOL FUTEBOL DE CAMPO FIO 4MM (NYLON), MODELO TRADICIONAL TIPO VÉU. CONFECCIONADA NA MALHA 15X15CM EM CORDA TRANÇADA COM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - 100% VIRGEM, COM TRATAMENTO CONTRA AS AÇÕES (U.V). ESPESURA DO FIO: 4MM. DIMENSÕES: 7,50M DE LARGURA, 2,50M DE ALTURA, 0,80CM DE RECUO SUPERIOR E 1,50M DE RECUO INFERIOR. COR: BRANCA.		
19	REDE DE GOL PARA FUTSAL	Par	10.0



	PAR DE REDES DE FUTSAL FIO 4.0MM, RESISTENTE E COM PROTEÇÃO UV PARA SUPORTAR AS VARIAÇÕES CLIMÁTICAS. MALHA FEITA POR MEIO DE NÓS CERRADOS QUE OFERECEM MAIOR PODER DE RETENÇÃO E NÃO SE DESFAZEM COM O TEMPO. MALHA TRANÇADA DE 12X12CM E NÓS CERRADOS QUE EVITAM O DESGASTE. TAMANHO DO FIO: 4.0MM. DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP): 3,20 X 2,10M COM HASTE DE 0,50CM E FUNDO DE 1.0M.		
20	STEP	Unidade	10.0
	MATERIAL EM 100% E.V.A, COM SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO: ALTURA: 10CM; LARGURA: 28CM; COMPRIMENTO: 60CM.		
21	TABELA DE BASQUETE COM ARO	Conjunto	10.0
	MEDIDAS DA TABELA: 66 X 52 CM. À PROVA D'ÁGUA, O CONJUNTO É PROJETADO COM ALTA RESISTÊNCIA E PRODUZIDO COM CHAPA FENÓLICA NAVAL IMPERMEABILIZADA, OFERECENDO PROTEÇÃO TOTAL CONTRA INTEMPÉRIES E RAIOS UV. O ARO É FABRICADO EM AÇO TREFILADO DE 1/2" (12,7 MM) COM REFORÇO ESTRUTURAL E PINTURA ELETROSTÁTICA. A REDE É CONFECCIONADA EM NYLON SEDA DE 6 MM, COM 11 ALÇAS E PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE		

1.1.3. Estimativas de consumo consolidado, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

LOTE 01 - BOLAS (AMPLA PARTICIPAÇÃO)					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
2	BOLA DE BASQUETE PROFISSIONAL	170.0	Unidade	R\$ 337,23	R\$ 57.329,10
	Especificação: BOLA DE BASQUETE TAMANHO 7 OFICIAL, COM REVESTIMENTO EM MATERIAL ECOGRIP, CAMADA INTERNA DE ESPUMA RESPONSIVA PARA EXCELENTE QUIQUE DA BOLA E CÂMARA DE AR 100% BORRACHA BUTÍLICA. SUGESTÕES DE MARCAS: SPALDING, PENALTY, WILSON.				
3	BOLA DE CAMPO PROFISSIONAL	60.0	Unidade	R\$ 322,56	R\$ 19.353,60
	Especificação: BOLA DE FUTEBOL PROFISSIONAL COM MATERIAL ELÁSTICO E MACIO, TECNOLOGIA DE TERMOFUSÃO E COSTURAS QUE GARANTEM MENOR ABSORÇÃO DE ÁGUA, PROPORCIONANDO MELHOR ESFERICIDADE E DURABILIDADE. COMPOSTA POR 6 DISCOS POSICIONADOS SIMETRICAMENTE, COM CAMADA DE COLAGEM QUE REFORÇA A JUNÇÃO DOS GOMOS E GARANTE A VIDA ÚTIL DA BOLA POR MUITO MAIS TEMPO. SUGESTÕES DE MARCAS: ADIDAS, TOPPER E PENALTY				
4	BOLA DE FUTEVÔLEI	50.0	Unidade	R\$ 248,49	R\$ 12.424,50
	Especificação: BOLA DE FUTEVÔLEI COM MATERIAL MACIO E CONFORTÁVEL, TECNOLOGIA DE TERMOFUSÃO QUE GARANTE MAIOR DURABILIDADE E MENOR ABSORÇÃO DE ÁGUA. POSSUI SISTEMA DE FORRO TRATADO TERMICAMENTE PARA MAIOR ESTABILIDADE, COM PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÕES E REFORÇO EXTRA NAS JUNÇÕES PARA AUMENTAR A VIDA ÚTIL. SUGESTÕES DE MARCAS: TOPPER, PENALTY, MIKASA.				
5	BOLA DE FUTSAL	160.0	Unidade	R\$ 336,73	R\$ 53.876,80
	Especificação: BOLA DE FUTSAL COM TECNOLOGIA TERMOTEC DE TERMOFUSÃO, QUE GARANTE 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE, ALTA PERFORMANCE E CONFORTO. POSSUI ALTA RESISTÊNCIA A BATIDAS E SISTEMA DE DUPLA COLAGEM, REFORÇANDO A JUNÇÃO DOS GOMOS E GARANTINDO QUE NÃO ESTRAGUE COM FACILIDADE. SUGESTÕES DE MARCAS: PENALTY, TOPPER, ADIDAS				
6	BOLA DE HANDEBOL	110.0	Unidade	R\$ 245,50	R\$ 27.005,00
	Especificação: BOLA DE HANDEBOL COM MATERIAL DE ALTA PERFORMANCE E ACABAMENTO MANUAL, QUE GARANTE MAIOR RESISTÊNCIA, DURABILIDADE E ESFERICIDADE. POSSUI CÂMARA DE BORRACHA E ESTRUTURA DE FIOS SINTÉTICOS TRATADOS COM BORRACHA NATURAL, ESTABILIZADOS E FIXADOS AOS GOMOS. CALIBRAGEM 6 LIBRAS. SUGESTÕES DE MARCAS: PENALTY, KEMPA, RAINHA.				
7	BOLA DE VÔLEI DE PRAIA	40.0	Unidade	R\$ 520,00	R\$ 20.800,00
	Especificação: BOLA DE VÔLEI DE PRAIA OFICIAL. ACABAMENTO SUAVE E PRECISO. COMPOSTA DE MATERIAL SINTÉTICO, VERSÃO CLÁSSICA PARA A PRÁTICA DE VÔLEI POSSUI UM EXCELENTE CUSTO BENEFÍCIO COM 10 PAINÉIS, TAMANHO 5 OFICIAL, CIRCUNFERÊNCIA: 66-68 CM, PESO: 260-280 G E COSTURA. SUGESTÕES DE MARCAS: MIKASA, PENALTY, RAINHA.				
8	BOLA DE VÔLEI DE QUADRA	200.0	Unidade	R\$ 517,36	R\$ 103.472,00
	Especificação: BOLA DE VÔLEI DE QUADRA PROFISSIONAL, PRODUZIDA EM MICROFIBRA COM TECNOLOGIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO. DETALHES TÉCNICOS: 18 PAINÉIS AERODINÂMICOS; TAMANHO 5 (OFICIAL); COMPOSIÇÃO EM SUPORTE COMPOSITE COVER; CIRCUNFERÊNCIA DE 65 A 67 CM E PESO DE 260 A 280 G. LAMINADA COM TECNOLOGIA DIFERENCIADA PARA MELHOR				



DESLIZE E TRATAMENTO ANTIBACTERICIDA. CALIBRAGEM RECOMENDADA: 4.27 A 4.62 PSI. SUGESTÕES DE MARCAS: MIKASA, PENALTY, RAINHA.

Valor total do lote R\$ 294.261,00 (duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e um reais)

LOTE 02 - REDES DE GOL (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
18	REDE DE GOL PARA FUTEBOL DE CAMPO	10.0	Par	R\$ 1.173,58	R\$ 11.735,80
Especificação: PAR REDE GOL FUTEBOL DE CAMPO FIO 4MM (NYLON), MODELO TRADICIONAL TIPO VÉU. CONFECCIONADA NA MALHA 15X15CM EM CORDA TRANÇADA COM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - 100% VIRGEM, COM TRATAMENTO CONTRA AS AÇÕES (U.V). ESPESSURA DO FIO: 4MM. DIMENSÕES: 7,50M DE LARGURA, 2,50M DE ALTURA, 0,80CM DE RECUO SUPERIOR E 1,50M DE RECUO INFERIOR. COR: BRANCA.					
19	REDE DE GOL PARA FUTSAL	70.0	Par	R\$ 475,69	R\$ 33.298,30
Especificação: PAR DE REDES DE FUTSAL FIO 4.0MM, RESISTENTE E COM PROTEÇÃO UV PARA SUPOORTAR AS VARIAÇÕES CLIMÁTICAS. MALHA FEITA POR MEIO DE NÓS CERRADOS QUE OFERECEM MAIOR PODER DE RETENÇÃO E NÃO SE DESFAZEM COM O TEMPO. MALHA TRANÇADA DE 12X12CM E NÓS CERRADOS QUE EVITAM O DESGASTE. TAMANHO DO FIO: 4.0MM. DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP): 3,20 X 2,10M COM HASTE DE 0,50CM E FUNDO DE 1.0M.					
Valor total do lote R\$ 45.034,10 (quarenta e cinco mil e trinta e quatro reais e dez centavos)					

LOTE 03 - MESAS DE FUTMESA (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
16	MESA DE FUTMESA	10.0	Unidade	R\$ 1.153,32	R\$ 11.533,20
Especificação: MESA DE FUTMESA - PARA INICIANTE, 360 GRAUS, FABRICADA EM MDF DE 15MM, COM ESTRUTURA DE METALON E PINTURA PU, PRODUTO ALTAMENTE RESISTENTE, FÁCIL DE MONTAR E GUARDAR, TAPA TUBO, ADESIVO LEITOSO, COR: DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA CONTRATANTE. GARANTIA: 12 MESES.					
Valor total do lote R\$ 11.533,20 (onze mil, quinhentos e trinta e três reais e vinte centavos)					

LOTE 04 - MATERIAIS PORTÁTEIS PARA TREINAMENTO FUNCIONAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	BAMBOLÊS	160.0	Kit	R\$ 84,95	R\$ 13.592,00
Especificação: BAMBOLÊS FEITOS EM PLÁSTICO DURÁVEL E FLEXÍVEL, COM DIMENSÕES DE 65 CM DE RAIO, GARANTINDO LONGA VIDA ÚTIL MESMO COM USO INTENSO. KIT COM 10 UNIDADES.					
9	BOLA MEDICINAL 10KG	40.0	Unidade	R\$ 253,33	R\$ 10.133,20
Especificação: BOLA MEDICINAL OU WALL BALL 10 KG, PRODUZIDA EM MATERIAL DE CAPOTA MARÍTIMA. ENCHIMENTO: RETALHOS, MANTA E GRANALHAS DE FERRO. DIMENSÕES: 30 CM X 30 CM. PESO: 10 KG POR UNIDADE					
10	CAIXA DE SALTO 12"	16.0	Unidade	R\$ 359,38	R\$ 5.750,08
Especificação: CAIXOTE OU BOX JUMP 12" COM MATERIAL EM COMPENSADO NAVAL DE 15MM, TENDO UMA MAIOR RESISTÊNCIA AO IMPACTO E UMIDADE, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE E COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 30 CM ALTURA X 35 CM LARGURA X 45 CM COMPRIMENTO. RESISTENTE 150 KG.					
11	COLCHONETE	120.0	Unidade	R\$ 85,41	R\$ 10.249,20
Especificação: COLCHONETE COM MATERIAL IMPERMEÁVEL, TIPO ESPUMA, COM DIMENSÕES 90X40X3CM. IDEAL PARA TREINOS EM ACADEMIA, YOGA, PILATES.					
12	CONES PARA TREINO FUNCIONAL	210.0	Kit	R\$ 117,17	R\$ 24.605,70
Especificação: CONES FEITOS EM PVC DURÁVEL E FLEXÍVEL, GARANTINDO LONGA VIDA ÚTIL MESMO COM USO INTENSO. COM CORES VIBRANTES. KIT COM 10 UNIDADES.					
13	ESCADA DE AGILIDADE	50.0	Unidade	R\$ 89,29	R\$ 4.464,50
Especificação: ESCADA DE TREINAMENTO COM 4,50 METROS DE COMPRIMENTO SENDO EM FITA DE NYLON, COM 11 DEGRAUS.					



14	FITA DE SUSPENSÃO	20.0	Unidade	R\$ 139,05	R\$ 2.781,00
Especificação: FITA DE SUSPENSÃO COM REGULAGEM DAS ALÇAS POR PRESILHAS DE AÇO REFORÇADAS. REGULAGEM DE COMPRIMENTO: ENTRE 1,30 M E 3,60 M. CONFECCIONADA EM FITA DE NYLON DE 4 CM DE LARGURA, COM COSTURAS REFORÇADAS EM LINHA 100% POLIAMIDA. SUPORTA NO MÍNIMO 150 KG					
15	KETTLEBELL	26.0	Unidade	R\$ 179,86	R\$ 4.676,36
Especificação: MATERIAL FERRO FUNDIDO COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO. PESO: 4KG.					
17	PRATOS (CONES DISCO) PARA TREINO FUNCIONAL	160.0	Kit	R\$ 98,75	R\$ 15.800,00
Especificação: PRATO CONE DISCO PRODUZIDO EM PVC OU MATERIAL SIMILAR, DURÁVEL E FLEXÍVEL, O QUE GARANTE LONGA VIDA ÚTIL MESMO EM USO INTENSO. CORES VIBRANTES PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO. KIT COM 10 UNIDADES.					
20	STEP	40.0	Unidade	R\$ 162,56	R\$ 6.502,40
Especificação: MATERIAL EM 100% E.V.A, COM SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO: ALTURA: 10CM; LARGURA: 28CM; COMPRIMENTO: 60CM.					
Valor total do lote R\$ 98.554,44 (noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)					

LOTE 05 - TABELAS DE BASQUETE COM ARO 9 EXCLUSIVO PARA ME/EPP)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
21	TABELA DE BASQUETE COM ARO	60.0	Conjunto	R\$ 887,58	R\$ 53.254,80
Especificação: MEDIDAS DA TABELA: 66 X 52 CM. À PROVA D'ÁGUA, O CONJUNTO É PROJETADO COM ALTA RESISTÊNCIA E PRODUZIDO COM CHAPA FENÓLICA NAVAL IMPERMEABILIZADA, OFERECENDO PROTEÇÃO TOTAL CONTRA INTEMPÉRIES E RAIOS UV. O ARO É FABRICADO EM AÇO TREFILADO DE 1/2" (12,7 MM) COM REFORÇO ESTRUTURAL E PINTURA ELETROSTÁTICA. A REDE É CONFECCIONADA EM NYLON SEDA DE 6 MM, COM 11 ALÇAS E PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE					
Valor total do lote R\$ 53.254,80 (cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos)					

Valor total R\$ 502.637,54 (quinhentos e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 502.637,54 (quinhentos e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DOS ITENS EM LOTES

4.1. Informamos que os itens foram agrupados em lotes pelos seguintes motivos: Os itens são de mesma natureza e guardam relação entre si; Há no mercado diversas empresas capazes de atender ao fornecimento simultâneo de todos os itens que fazem parte dos grupos, os itens a serem adquiridos são comuns e há grandes quantidades de fornecedores no mercado; O fato da licitação ser por grupo também recai no fato de buscar diminuir o número de fornecedores contratados, com vistas a preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores. Nessa linha, o fato de lidar com um único fornecedor de cada segmento diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: prestação dos serviços e garantias deles. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública;

4.2. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, em lote(s) justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderão implicar nas dificuldades gerenciais e, até mesmo, na busca da uniformidade de preços, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo da prestação dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços ou fornecedores com diversos preços para um mesmo item;

4.3. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos da Lei Federal 14.133/21, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua



finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública;

4.4. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a celeridade, economia de escala, a eficiência na fiscalização de contrato único e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a prestação dos serviços licitados. Assim com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupo;

4.5. No que é pertinente aos lotes, a prática tem demonstrado que para alguns casos a licitação feita por lote atende melhor ao interesse público que por item, tendo em vista que os itens foram divididos para atenderem a lotes específicos, guardada a devida especificidade de cada objeto por lote. Dessa forma, além da celeridade que é um dos princípios da licitação na modalidade pregão, os licitantes possuem a possibilidade de apresentarem melhores ofertas nos lances, considerando as despesas com fretes, mão de obra, descontos obtidos com fornecedores etc. Sem dúvida se a empresa vem participar licitação sabendo que poderá lograr-se vencedora apenas em um item, este produto ou serviço será cotado bem mais caro para que ela não tenha prejuízos, como já citado, com fretes, combustíveis, manutenção, mão de obra, dentre outros etc.;

4.6. Muitas vezes quando a licitação é realizada por item, há demora em se entregar os produtos ou serviços, por que algumas empresas ou pessoas físicas não comparecem para assinar o contrato ou não cumprem com ele. Assim, a Administração tem que convocar o segundo, terceiro, quarto e demais colocados, até que consiga um que tenha interesse de assumir aquele determinado item, muitas vezes com um valor que não viabiliza ser assumido de forma isolada, o que não ocorre em uma licitação por lote;

4.7. Saliente-se ainda que todos os preços unitários devam ser apresentados conforme o valor de mercado, fato este a ser verificado nas propostas apresentadas, considerando que para esses objetos várias empresas costumam participar do certame e os preços cotados serão verificados se realmente são os menores preços válidos apresentados;

4.8. Portanto, inquestionavelmente a licitação realizada por lote atende melhor ao interesse público, já que, dentre outros, tem assegurado o princípio da economicidade;

4.9. Noutro ponto, observamos que quando se comprova que o critério de julgamento por preço por lote se justifica, mormente por não gerar prejuízo ao certame e ainda não ferir a competitividade, constatamos inclusive que se torna mais fácil para qualquer licitante oferecer menores valores para lotes com vários itens do que para lotes com poucos ou somente um item;

4.10. Não há qualquer prejuízo ao certame com o critério escolhido, o julgamento será procedido resguardando princípios fundamentais, tais como, igualdade e



competitividade, e em conformidade com as exceções tratadas em lei, tornando, portanto, inexorável a regularidade desta licitação;

4.11. Não se tem como novidade ainda neste Município que proceda a licitações julgadas por item que atenderam sobremaneira ao interesse público, citamos como exemplo que alguns Pregões realizados, que fora julgado por menor preço por lote e fora exitoso desde o procedimento licitatório até a execução do contrato;

4.12. Com efeito, as justificativas para a adoção de lote nesse certame são plenamente corroboradas, por ser essa a opção mais adequada do ponto de vista operacional e econômico, tal como retrata a Súmula 247/TCU.

O TCU se posicionou no sentido que:

“Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços. Para cada um de cinco prédios, previram-se vários contratos (ar-condicionado, instalações elétricas e eletrônicas, instalações hidrossanitários, civil). Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação (...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica” (Acórdão no 3140/2006 do TCU).

O TCU também tem dito que a coisa deve ser avaliada caso a caso. No Acórdão 5134/2014-Segunda Câmara, por exemplo, o relator foi muito lúcido ao afirmar que o relator que não houve a alegada afronta à jurisprudência do TCU, ressaltando que:

“à interpretação da Súmula/TCU 247 não pode se restringir à sua literalidade, quando ela se refere a itens. A partir de uma interpretação sistêmica, há de se entender itens, lotes e grupos”.

E um dos argumentos mais interessantes a se levar em conta na hora de optar entre ITEM ou LOTE é a capacidade operacional da unidade para lidar com diversos contratos. Isso ficou bem entendido no Acórdão 2796/2013-Plenário e no Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara No Acórdão nº 2.796/2013, o TCU assevera que a “adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular”, e admite que “a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos” (grifou-se e negritou-se). Logo, a possível ineficiência na gestão e fiscalização de serviços, oriunda muitas vezes de uma Administração com quadro pessoal de servidores bastante reduzido, como acontece, em inúmeros Órgãos/Entidades, pode, na visão do TCU, servir de supedâneo para utilização do critério global. O próprio TCM/CE já se manifestou através do Acórdão nº 688/2017, de lavra do Nobre Conselheiro-Substituto, Dr. Davis Santos Matos, que julgou o

processo 2011.MRU.PCS.10147/12, pela possibilidade de julgamento por lotes, a saber:

“(…) No entanto, a adjudicação por lote, também autorizada pela mesma norma, não pode ser descartada, razão pela qual continua no leque de escolhas do gestor público.”

4.13. Isto posto, optou-se por adotar um pregão do tipo menor preço por lote, ao invés de um pregão com base no menor preço por item, por entender que a contratação dessa forma seria mais vantajosa e conveniente, aumentaria a uniformidade dos valores e fornecimentos, e reduziria os riscos de conflitos. Além disso, mesmo em se tratando de licitação de tipo menor preço por lote, os valores por item ainda assim deverão ser levados em consideração e verificada sua coerência com o mercado, evitando-se distorções nos valores para cada item em vistas a realidade mercadológica.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 15 (quinze) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante , em quantitativo especificado pelo Contratante.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços informados nas respectivas Ordens de Compra de cada secretaria participante.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).



7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;



e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



8.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, válida na data de sua apresentação, nos termos do inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, para empresas sediadas em outros estados.

9.22. Certidão Unificada Estadual de Natureza Cível, expedida pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, por meio do Sistema de Requerimento e Expedição de Certidões - SIRECE, específica de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, em nome da pessoa jurídica licitante, válida na data de sua apresentação, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 40/2025 para empresas sediadas no estado do Ceará.

9.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e



III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

9.24. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

9.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.



10.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

10.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Destaca-se que “encontra-se consolidado a jurisprudência do TCU com entendimento de que a exigência de apresentação de amostras é admitida apenas na fase de classificação das propostas, somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e desde que previamente disciplinada e detalhada no instrumento convocatório”. Respalamos esse entendimento: Acórdãos 1.291/2011-



Plenário, 2.780/2011-2ª Câmara, 4.278/2009-1ª Câmara, 1.332/2007-Plenário, 3.130/2007-1ª Câmara e 3.395/2007-1ª Câmara;

12.2. Encerrada a etapa de lances o (a) Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante detentor da melhor oferta através do chat do sistema da m2a.tecnologia, o envio de 01 (uma) amostra de cada produto, acompanhada de catálogo, manual, ficha técnica, fôlder ou outro material expositivo do fabricante do objeto cotado, constando as características técnicas para melhor avaliação das exigências contidas neste Termo de Referência e nos seus anexos, observadas as orientações e os requisitos do **item 12.3.3 e dos demais subitens do item 12**, devendo as mesmas ser entregues na Secretaria de Educação devidamente etiquetada, com identificação da empresa, para análise do setor responsável, que expedirá laudo com parecer favorável ou desfavorável ao produto avaliado;

12.3. As amostras referidas deverão ser entregues por representante legal ou procurador credenciado pelo licitante classificado em primeiro lugar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, excluído o dia de encerramento da etapa de lances da sessão pública e após solicitação do(a) Agente de contratação/Pregoeiro feita através do chat do sistema da m2a.tecnologia, o não envio das amostras juntamente com os catálogos/fichas técnicas conforme o prazo determinado, bem como a não aprovação das amostras e/ou catálogos/fichas técnicas acarretará na desclassificação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação;

12.3.1. Divulgados os pareceres sobre a análise das amostras, catálogo, manual, ficha técnica, fôlder ou outro material expositivo do fabricante, a Agente de Contratação/Pregoeiro retomará os trabalhos.

12.3.2. O licitante que não enviar/apresentar as amostras, conforme solicitação e prazo estabelecido acima, sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório e em Lei;

12.3.3. As amostras e catálogos/fichas técnicas deverão ser apresentadas conforme tabela abaixo.

LOTES	AMOSTRA	CATÁLOGO, FICHA TÉCNICA OU OUTROS
LOTE 01	SIM	NÃO
LOTE 02	SIM	NÃO
LOTE 03	NÃO	SIM
LOTE 04	SIM	NÃO
LOTE 05	SIM	NÃO



No LOTE 01: Apresentar apenas amostra de TODOS OS ITENS do lote, NÃO APRESENTAR CATÁLOGO/FICHA TÉCNICA para este lote.

No LOTE 02: Apresentar apenas amostra de TODOS OS ITENS do lote, NÃO APRESENTAR CATÁLOGO/FICHA TÉCNICA para este lote.

No LOTE 03: Apresentar apenas catálogo, NÃO APRESENTAR AMOSTRA para este lote.

No LOTE 04: Apresentar apenas amostra de TODOS OS ITENS do lote, NÃO APRESENTAR CATÁLOGO/FICHA TÉCNICA para este lote.

No LOTE 05: Apresentar apenas amostra de TODOS OS ITENS do lote, NÃO APRESENTAR CATÁLOGO/FICHA TÉCNICA para este lote.

12.4. As amostras físicas (Lotes 1, 2, 4 e 5) deverão ser entregues na Sede da Secretaria de Educação, situada na Rua Ormezinda Sampaio, nº 330, Centro, Paracuru - Ceará, CEP: 62.680-000, informações: e-mail: educacao@paracuru.ce.gov.br, tel.: (85) 98116-3404, no horário de 8hs às 12hs e de 14hs às 17hs de segunda-feira a sexta-feira.

12.4.1. A amostra por catálogo/ficha técnica (Lote 3) poderá ser entregue fisicamente no endereço citado no item anterior ou enviado eletronicamente para o e-mail: educacao@paracuru.ce.gov.br.

12.4.2. No caso de envio eletrônico do catálogo, o arquivo deverá estar em formato PDF legível, contendo todas as informações técnicas necessárias à verificação de conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

12.4.3. O Catálogo/ficha técnica deverá estar devidamente identificado com os dados do licitante, incluindo, no mínimo, razão social, CNPJ e a indicação do item a que se refere.

12.5. As amostras serão analisadas por Comissões de Avaliação designadas pelas Secretarias demandantes, observada a seguinte sistemática:

12.5.1. Para os itens de uso exclusivo da Secretaria de Esporte, **correspondentes aos itens 03, 04, 07 e 18** deste Termo de Referência, cuja demanda é específica e não compartilhada com a Secretaria de Educação, a análise das amostras será realizada exclusivamente pela Comissão de Avaliação da Secretaria de Esporte;

- ROGERSON CASTELO BRANCO BARROSO - Matrícula nº 132755-0;
- SANDRA HELENA GOMES GONÇALVES - Matrícula nº 753458-7;
- ANTÔNIO WAGNER SILVA CAMPOS - Matrícula nº 750094-7;



12.5.2. Para os demais itens, de uso comum, decorrentes de demanda conjunta entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Esporte, a análise das amostras será realizada de forma conjunta pelas respectivas Comissões de Avaliação, garantindo-se a participação de representantes de ambas as Secretarias;

- LETÍCIA SOARES MOURA LIMA - Matrícula nº 134587-7 - COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE UNID ESCOLAR DNS-5;
- ALICE MARIA ALVES RIBEIRO - Matrícula nº 134346-7 - COORDENADOR DE ALMOXARIFADO DAS-2;
- RAIMUNDO VLADIMIR COELHO SOMBRA - Matrícula nº 093186-1 - PROF EDUC BASICA CLASSE II RE 40H NIV-2;
- ROGERSON CASTELO BRANCO BARROSO - Matrícula nº 132755-0;
- SANDRA HELENA GOMES GONÇALVES - Matrícula nº 753458-7;
- ANTÔNIO WAGNER SILVA CAMPOS - Matrícula nº 750094-7;

12.6. Durante o recebimento físico, será preenchido um recibo em 02 (duas) vias, onde uma ficará em posse do licitante e a outra em posse do Setor competente.

12.7. As amostras e catálogos/fichas técnicas apresentadas deverão ser dos mesmos produtos e marcas apresentadas na sua proposta de preços, caso a licitante apresente amostras e catálogos/fichas técnicas de produtos com marcas e especificações divergentes dos apresentados em sua proposta de preços, a mesma será desclassificada;

12.8. Não serão permitidas a entrega de amostras fora do prazo estabelecido;

12.9. Não haverá prorrogação do prazo para apresentação de amostras.

12.10. As amostras entregues serão devolvidas;

12.10.1. As amostras apresentadas pelos licitantes serão mantidas sob a guarda da Secretaria de Educação exclusivamente para fins de análise e julgamento, até a conclusão dos trabalhos da Comissão de Avaliação e a emissão do parecer técnico.

12.10.2. A devolução das amostras ocorrerá após a homologação do processo licitatório, ficando disponíveis para retirada pelos respectivos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do ato de homologação. A retirada deverá ser realizada por representante legal ou procurador devidamente credenciado, nas dependências da Secretaria de Educação, no endereço indicado neste Termo de Referência, mediante assinatura de recibo em 2 (duas) vias.

12.10.3. Findo o prazo acima, a Administração não se responsabilizará pela guarda, podendo dar destinação adequada às amostras não retiradas.

12.11. Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e da Secretaria de Esporte, a emissão dos pareceres de análise das amostras e catálogos, manuais, fichas técnicas, folders ou outros materiais expositivos do fabricante, opinando conclusivamente sobre o objeto ofertado.

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública, permitindo a ampliação do acesso às condições contratuais vantajosas já negociadas, em conformidade com as disposições legais vigentes.

13.1.1. A adesão à ata de registro de preços configura uma estratégia administrativa que visa ampliar a eficiência e promover a economicidade nas contratações públicas. Esta decisão está alinhada com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal e reiterado pelos Acórdãos 224/2020, 2736/2023 e 2822/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU).

A opção pela adesão não é meramente procedimental, mas uma escolha estratégica que requer uma justificação clara e robusta. Nesse sentido, a adesão deve ser precedida por uma análise criteriosa do mercado e uma avaliação das vantagens econômicas, garantindo que as condições obtidas através do registro de preços sejam, de fato, as mais vantajosas para a Administração Pública. Esta análise deve considerar não apenas os custos diretos, mas também os benefícios de longo prazo, como a redução de tempo e recursos despendidos em múltiplas licitações.

Além disso, a adesão deve estar em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão ou entidade, contribuindo para a otimização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A transparência do processo é fundamental e deve ser assegurada pela divulgação de todos os atos, garantindo que a adesão à ata de registro de preços ocorra de forma aberta e acessível a todos os interessados.

Em conformidade com os precedentes do TCU, a inclusão de cláusula de adesão no edital deve ser motivada de forma explícita, detalhando como essa escolha se alinha à busca pela eficiência administrativa e quais benefícios específicos são esperados. Tal motivação reforça o compromisso com a gestão fiscal responsável e com a obtenção de valor para o dinheiro público.



PREFEITURA DE
PARACURU
Uma nova história!

Portanto, a adesão à ata de registro de preços, quando bem fundamentada e justificada, representa uma prática alinhada à busca constante pela eficiência na Administração Pública, proporcionando economia, agilidade e qualidade na contratação de bens e serviços, sempre em prol do interesse público.

Paracuru/CE,